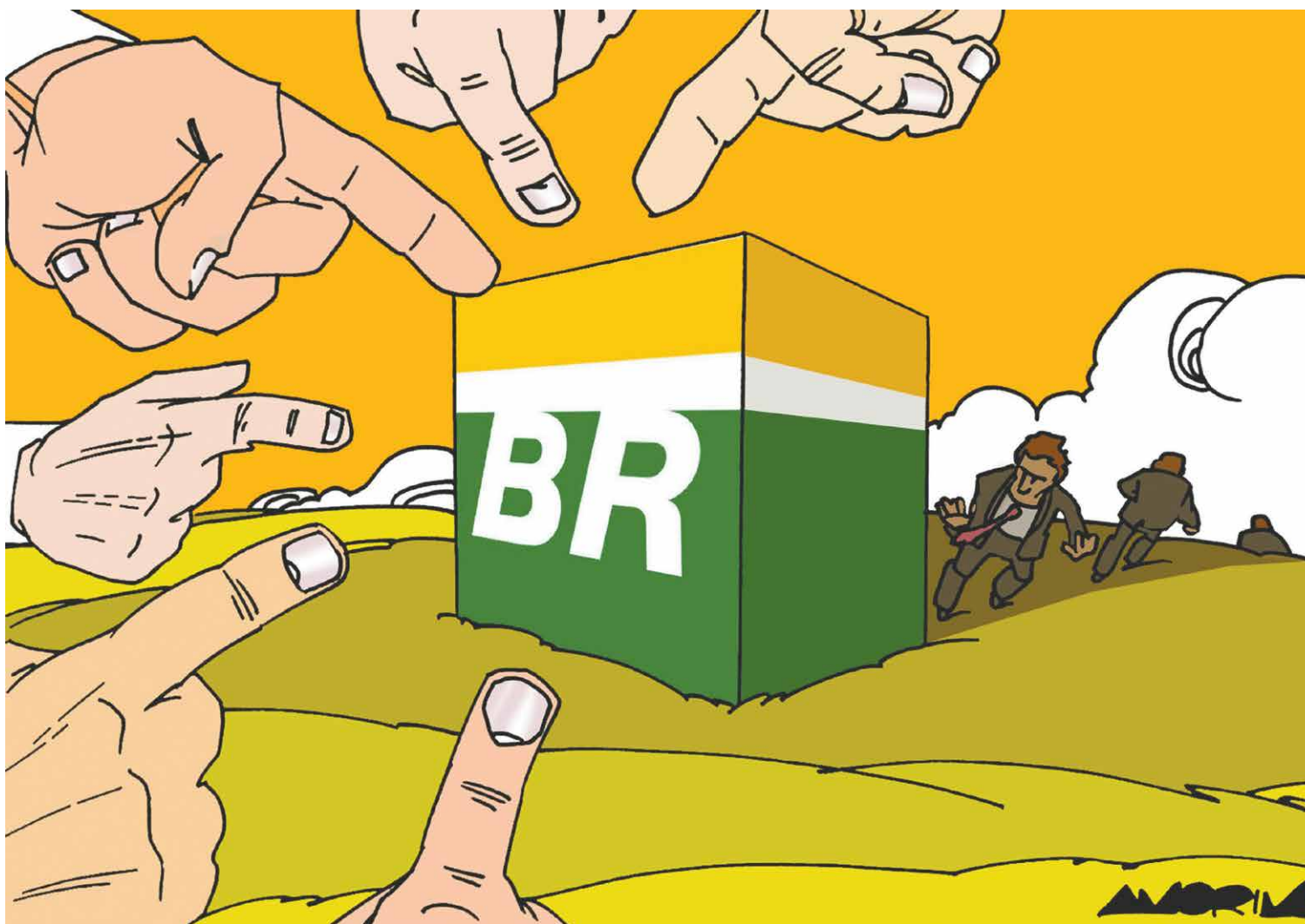


## Sem punir corruptores não se vence a corrupção



A corrupção, tema recorrente nas últimas eleições, é inimiga do desenvolvimento socioeconômico e das instituições democráticas. No entanto, apesar de hoje o governo e a sociedade civil possuírem um número cada vez maior de ferramentas para controle social e transparência, a cada dia surge uma nova denúncia, um novo escândalo envolvendo ONGs, empresas privadas e públicas, empresários e trabalhadores. Página 7

2 Em defesa da Petrobrás e do seu corpo técnico

3 Termina dia 25 prazo para participar da ação do FGTS



4/5 Entrevista com Felipe Coutinho, candidato a presidente da AEPET

6 O desafio das redes sociais

8 A corrupção e a História

## Editorial

# Em defesa da Petrobrás e seu corpo técnico

**E**stamos num momento crítico para a imagem da nossa Petrobrás. A companhia encontra-se engessada por uma política de preços de combustíveis que sufoca a capacidade de investimento e é alvo de denúncias graves que, além de afetar a credibilidade da empresa, mina o orgulho dos seus funcionários. Cabe à AEPET, por força da sua história, assumir o protagonismo em defesa do patrimônio da Petrobrás e, principalmente, do seu corpo técnico.


E é isso que defende a chapa de união – “Em defesa da Petrobrás” –, que se apresenta para assumir a direção da AEPET no triênio 2015-2017. O candidato a presidente é o engenheiro químico Felipe Campos Cauby Coutinho, 41 anos, que entrou na Petrobrás em 2000, no Cenpes desde 2001, e que já participou em

três de nossas diretorias (leia mais nas páginas 4 e 5).

A defesa, tanto da Petrobrás, como do corpo técnico, norteia-se pelos princípios da transparência, da governança participativa, da meritocracia e, principalmente da mobilização e do controle social. Só assim, conseguiremos tirar a empresa dos holofotes político e midiático e atacar outros problemas.

O programa da chapa propõe:

- avaliação crítica sobre a aceleração da curva de produção de petróleo do pré-sal gerando excedente para exportação de petróleo cru. Esta alternativa política abre mão da utilização do petróleo para atendimento as necessidades da sociedade brasileira e inicia novo ciclo primário-exportador.
- propostas para adequação da relação da Petrobrás com os fornecedores de bens e serviços. Implantação de mecanismos institucionais para garantir a transparência, a democracia no local de trabalho e o controle social como estratégias para defender o patrimônio público e colocá-lo a serviço da maioria da população.
- intensificar a gestão no sentido da defesa de que o exercício da pesquisa aplicada e da engenharia seja realizado diretamente pelo corpo técnico da Petrobrás.
- manter a defesa do monopólio estatal do petróleo em poder da União e exercido pela Petrobrás e controlada socialmente
- participação junto aos movimentos sociais relacionados à auditoria cidadã da dívida pública, saúde, educação, transporte e segurança pública.
- lutar pela garantia da manutenção e conquista de direitos dos benefícios relacionados à seguridade social.

Somente na luta em defesa da Petrobrás e do seu corpo técnico, teremos o Brasil que queremos: soberano, solidário, digno, sem desigualdade social e com distribuição de renda e riqueza. 



Petróleo Política Oleo Leilão Ciência e Tecnologia AEPET ALERJ Aposentadorias Aposentados Leilão de Xisto Gás de Xisto Carvão Salinial Direitos Humanos Direitos Trabalhistas Desigualdade Social Educação Manifestações Morte do jornalista Paulo Sérgio de Oliveira Tortura Venezuela Economia Saúde Petróleo Xingu Livre Xingu mst Comperj Dívida Pública Cuba Irã Salário Vila Autódromo paralisação dos servidores CPI de Paulo Passarinho Caso Luiza Arruda

## Debate Brasil

“A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia”

ORDEM E PROGRESSO



APRESENTADOR: Paulo Passarinho

**AEPET** Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Canal YouTube AEPET



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409  
Centro - Rio de Janeiro-RJ  
CEP: 20020-100  
Tel.: 21 2277-3750  
Fax 21 2533-2134

**Presidente:**  
Silvio Sinedino

**Vice-Presidente:**  
Fernando Siqueira

**Diretor Administrativo:**  
Henrique Sotoma

**Vice-Diretor Administrativo:**  
Pedro Francisco de Castilho

**Diretor de Comunicações:**  
Ronaldo Tedesco

**Vice-Diretor de Comunicações:**  
Paulo Sérgio Decnop Coelho

**Diretor de Assuntos Jurídicos:**  
Paulo Teixeira Brandão

**Vice-Diretor de Ass. Jurídicos:**  
Carlos Roberto dos S. Galdeira

**Diretor de Pessoal:**  
Francisco Soriano de Souza Nunes

**Vice-Diretor de Pessoal:**  
Raul Tadeu Bergman

**Diretor Cultural :**

Rogério Loureiro Antunes  
**Vice-Diretor Cultural:**  
Francisco Isnard Barrocas

**Conselho Fiscal**

Efetivos: Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgé de Azevedo

Suplentes: Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi

**Núcleos**

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus  
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão  
Aepet-Macacá: José Carlos L. de Almeida  
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro  
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

**Delegados**

Angra dos Reis: Alexandre Guilherme  
Brasília: Velocino Lourenço Tonietto  
Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães

Rio Grande do Sul: James Chang  
Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

**Redação**

Editores:  
Alex Prato (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)

Colaborador: José Luiz Sombra

Projeto Gráfico:  
Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Amorim  
Diagramação: Geraldo Machado

# Associado tem até 25 de novembro para participar da ação coletiva pela correção do FGTS



Os petroleiros associados à AEPET que tiverem direito à correção do FGTS (período entre 11.05.1990 e hoje) devem procurar a AEPET, até o dia 25/11, para participarem da ação coletiva que será impetrada. O associado não é o autor e, portanto, os custos inerentes ao processo correrão por conta da AEPET. No entanto, é necessário assinar autorização neste sentido (veja modelo no site da AEPET), além de anexar a documentação fornecida pela Caixa Econômica Federal e, para os novos associados, a ficha de filiação.

Veja abaixo como fazer. Se ainda houver dúvidas, ligue para (21) 2277-3750 (Margareth ou Ivana) ou envie um email para [fgts@aepet.org.br](mailto:fgts@aepet.org.br)

## Passo a passo

- O(a) interessado(a) deve preencher a AUTORIZAÇÃO e remetê-la para a sede da AEPET ou seu Núcleo regional.
- O(a) interessado(a) deve fornecer os extratos dos depósitos de seu FGTS, emitidos, pela Caixa Econômica Federal, contendo os depósitos de 11 de maio de 1990 até o último ocorrido, em data mais recente.

Se for aposentado, o extrato deve conter os depósitos até a data da rescisão do contrato de trabalho.

- Todos os associados dos Núcleos podem participar da Ação.
- Para participar da ação o interessado deve ser associado da AEPET. No caso de não ser associado basta preencher a ficha de sócio, desde que preencha os requisitos, cujo formulário específico pode ser obtido na página da AEPET na internet.
- Para ser sócio da AEPET e de seus núcleos tem que ser empregado ativo ou aposentado com formação universitária mesmo que não exerçam, ou tenham exercido, função de nível superior na empresa.
- Endereço para correspondência e entrega da documentação: Sede AEPET: Av Nilo Peçanha, 50, Grupo 2409, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-906. ☺

## Jurídico da AEPET trabalhando pelo associado

*Veja a seguir um relatório simplificado das ações da AEPET e seus parceiros que estão em andamento na Justiça.*

**1. Processo número: 0980000420095100006**  
**Autor(res):** Aepet, Sindipetro LP, Sindipetro PAMA, Sindipetro SJC, Sindipetro AL e Sindipetro RJ,  
**Tribunal:** 43ª Vara Civil RJ  
**Tipo:** Ação Civil Pública  
**Objeto:** Obrigar a Petrobrás a permitir que 20 mil novos empregados das empresas do Sistema Petrobrás, forçados a aceitar o Plano Petros 2, possam optar pelo Plano Petros BD, ao qual tinham direito.  
**Andamento:** Após longo tempo, os autos foram remetidos de Brasília para o Rio de Janeiro e conclusos ao Juiz em 17-07-2014 para despacho saneador. O Juiz determinou nova notificação das rés para dizerem das provas que pretendem produzir. Já nos manifestamos requerendo inversão do ônus da prova.

**2. Processo número: 0000920.63.2010.5.0068**  
**Autor(res):** Fenaspes, Astaipe, Astape BA, Aepet, Aspene SE, Astape Caxias  
**Tribunal:** TRT 1ª Região para TST  
**Tipo:** Reclamação Trabalhista  
**Objeto:** Participação da FENASPE nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, em razão da sua influência nos reajustes dos Assistidos e de qualquer proposição referente à previdência complementar e AMS.  
**Andamento:** Continua aguardando remessa eletrônica do agravo da Fenaspes e afiliadas ao TST.

**3. Processo número: 00020196520115100009**  
**Autor(res):** Fenaspes  
**Tribunal:** TST  
**Tipo:** Ação Civil Pública  
**Objeto:** Afastamento do limite de idade para gozo de benefício imposto aos participantes e assistidos do Grupo 78/79.  
**Andamento:** Aguardando ser incluído em pauta o julgamento do Agravo Regimental da Petrobras contra decisão que negou seguimento ao Recurso de Revista. Após essa decisão os autos baixarão para a Vara de origem e deverão ser remetidos para a Justiça Comum.

**4. Processo número: 00067181820094013400**  
**Autor(res):** Fenaspes, Astape Caxias, Sindipetro RJ, Sindipetro LP  
**Tribunal:** 4ª Vara Federal -DF  
**Tipo:** Mandado de Segurança  
**Objeto:** Repactuação - Declarar nula a Portaria 2123 de 11/2008 da Diretoria de Análise Técnica da PREVIC que aprovou a mudança do RPB PPSP em 2008, permitindo os efeitos da repactuação.  
**Andamento:** Está concluso para despacho - Em 22-10-14 peticionamos juntando procuração da Astape - Caxias e aguardamos despacho.

**5. Processo número: 00203994720014025101**  
 Processo Originário: 20015101023992 da Justiça Federal do Rio de Janeiro -Vara 26CI  
**Autor(res):** Aepet

**Tribunal:** TRF 2ª Região -RJ  
**Tipo:** Ação Anulatória  
**Objeto:** Anular os efeitos do leilão de área para prospecção de Reserva de Petróleo - Terceira Rodada  
**Andamento:** Continuamos aguardando julgamento da apelação civil da Aepet, diante da sentença que extinguiu a ação de forma equivocada.

**6. Processo número: 0031848-39.2011.4.01.3400**  
**Autor(res):** Apape  
**Tribunal:** TRF 1ª Região -DF  
**Tipo:** Mandado de Segurança  
**Objeto:** Suspender qualquer apreciação sobre proposta de retirada de patrocínio do Plano Petros Copersul.  
**Andamento:** Continua concluso para relatório e voto desde 05-07-2013, para julgamento da apelação da Apape em face da sentença que extinguiu o processo.

**7. Processo número: 00258379120114013400**  
**Autor(res):** Apape  
**Tribunal:** TRF 1ª Região - DF  
**Tipo:** Mandado de Segurança  
**Objeto:** suspender qualquer apreciação sobre proposta de retirada de patrocínio do Plano Petros PQU.  
**Andamento:** Continua a aguardando inclusão em pauta para julgamento da apelação da Apape, em razão da liminar solicitada ser concedida e depois suspenso seus efeitos. Contudo no dia 23 julho 2014 foi protocolizada petição cujo teor ainda é desconhecido, o que determinou a requisição do processo para a Vara de origem.

**8. Processo número: 00479178320104013400**  
**Autor(res):** Fenaspes e Sindipetro RJ  
**Tribunal:** 4ª Vara Federal do DF  
**Tipo:** Mandado de Segurança  
**Objeto:** Sustar a Portaria N°644 de 24-08-2010 Publicada no DOU em 26-08-2010 do Diretor de Análise Técnica da PREVIC que homologou alteração de RPB PPSP que possibilitou a implementação do BPO  
**Andamento:** Concluso e aguardando sentença desde 06-10-14

**9. Processo número: 04451412320108190001**  
**Autor(res):** Conselheiros Deliberativos da Petros - Paulo Teixeira Brandão, Yvan Barretto de Carvalho (falecido) e Ronaldo Tedesco Vellardo  
**Tribunal:** 44ª Vara Civil do Rio de Janeiro  
**Tipo:** Ação Ordinária  
**Objeto:** Obrigar que as propostas dos Conselheiros Deliberativos da Petros - Eleitos - sejam pautadas para apreciação pelo Colegiado Deliberativo da Petros  
**Andamento:** Aguardando julgamento de Embargo de Declaração interpostos pelos autores em 21-07-2014.

**10. Processo número: 03284565920128190001**  
**Autor(res):** Paulo Teixeira Brandão e Ronaldo Tedesco Villardo

**Tribunal:** 34ª Vara Civil do Rio de Janeiro - RJ  
**Tipo:** Ação Ordinária  
**Objeto:** Anulação da Reunião Extraordinária que aprovou a separação de massas e, como consequência, cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP.  
**Andamento:** O processo foi distribuído para a 19ª Câmara Civil para a Desembargadora Valéria Nascimento- Faremos memoriais para entrega em mãos a Desembargadora Relatora.

**11. Processo número: 00494483920124013400**  
**Autor(res):** Fenaspes, Astape Caxias, Astaipe, Apape, Aepet, Aepet BA, Aspene SE.  
**Tribunal:** 22ª Vara Federal  
**Tipo:** Mandado de Segurança - Preventivo  
**Objeto:** Impedir que a PREVIC analise a proposta da Petros para separação das massas de repactuados e não repactuados, com fim de promover a cisão do PPSP  
**Andamento:** Autos remetidos para o TRF-Tribunal Regional Federal para julgamento da Apelação, em 06-10-14, impetrada, em face de decisão equivocada.

**12. Processo número: 0003605-17.2013.4.01.3400**  
**Autor(res):** Fenaspes, Aepet, Aepet BA, Aspene, Apape, Astaipe, Astape Caxias  
**Tribunal:** 7ª Vara Federal -DF  
**Tipo:** Notificação Judicial  
**Objeto:** Notificar a PREVIC para que se abstenha de homologar a proposta da separação de massas e cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP.  
**Andamento:** A Notificação foi feita e estamos solicitando carga do processo, pois esta documentação deverá ser usada na elaboração de novo mandado de segurança, caso a PREVIC aprove a Cisão do PPSP- Plano Petros do Sistema Petrobras.

**13. Processo número: 0418675-84.2013.8.19.0001**  
**Autor(res):** Apape  
**Tribunal:** 22ª Vara Civil do RJ  
**Tipo:** Ação Civil Pública  
**Objeto:** Eliminação do limite de contribuição para os participantes da Petros do Grupo Pós-82  
**Andamento:** Aguardando conclusão para apreciação do pedido de antecipação de tutela, desde 10-06-2014.

**14. Processo número: 0306955-15.2013.8.19.0001**  
**Autor(res):** Aepet  
**Tribunal:** 20ª Vara Civil  
**Tipo:** Ação Civil Pública  
**Objeto:** Afastamento do limite de contribuição dos Pós -82  
**Andamento:** O Juiz não despachou a Antecipação de Tutela e determinou a Secretaria que certificasse "Eventuais Custas". Após, irá, novamente, à conclusão para a análise da Antecipação de Tutela.



## Felipe Coutinho

Engenheiro químico, de 41 anos, é o candidato a presidente da chapa “Em defesa da Petrobrás”, da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – Aepet. Formado pela UFF, casado, pai de duas filhas, Felipe entrou para a Petrobrás em 2000, no Cenpes. Sempre na Engenharia Básica, trabalhou com tecnologias da petroquímica e de processamento de gás natural e biocombustíveis. É especialista na área de energias renováveis, com ênfase no biodiesel.

Depois de participar de 3 diretorias, Felipe aceitou o desafio de presidir a Aepet, como forma de contribuir com os objetivos da Associação: a defesa da Petrobrás, do corpo técnico e para que a sociedade, em especial os trabalhadores, sejam os beneficiários das riquezas do nosso petróleo e da atuação da Petrobrás..

**Aepet Notícias (AN) • O que o levou a concorrer à presidência da Aepet?**

**Felipe Coutinho •** Tenho consciência da importância da Aepet, participei da direção por três períodos, sou testemunha da atuação da entidade na defesa da Petrobrás e do corpo técnico. Admiro muito o trabalho voluntário das pessoas que conheci na Aepet, são aposentados que abrem mão do descanso para continuar defendendo a Petrobrás ou petroleiros da ativa que

depois do expediente, ou nos finais de semana, se dedicam a defender esse patrimônio social que é a Petrobrás e seu corpo técnico. São pessoas essenciais para desenvolver um país justo e soberano.

Estava disposto a contribuir no próximo triênio, ajudei na elaboração do programa. Aceitei concorrer à presidência diante dos argumentos dos companheiros sobre a necessidade da maior participação dos profissionais da ativa e fico feliz com a confiança que tiveram em mim.

# A importância estratégico e de n

**AN • A chapa “Em defesa da Petrobrás” propõe o quê?**

**Felipe •** A primeira preocupação diz respeito ao planejamento energético brasileiro e, em especial, o planejamento estratégico e de negócios da Petrobrás. O petróleo, como qualquer mercadoria, tem valor de uso e valor de troca. Mas diferente da maioria das mercadorias não é substituível, é uma riqueza singular, por sua elevada densidade energética, e pela diversidade de compostos orgânicos, dificilmente encontrados na natureza, que lhe confere características únicas. Ocorre que o Brasil está optando por ser exportador de petróleo, está escolhendo ficar com o valor de troca e abrindo mão do valor de uso do petróleo. Na verdade parte da exportação se daria por meio de empresas privadas, neste caso é ainda pior, é a alienação tanto do valor de uso quanto do valor de troca sob a justificativa de que seria compensada por impostos e royalties.

No livro “A História Econômica do Brasil” Caio Prado Júnior nos relata os diversos ciclos econômicos. Desde o Brasil colônia até a República a economia brasileira se dedica ao suprimento de matérias primas para os centros dinâmicos do capitalismo. Pau brasil, cana de açúcar, minérios (ouro, prata e diamantes), cacau, borracha, dendê, café. Hoje, ainda os minérios, a soja, a carne etc. Todos os ciclos tem características comuns, beneficiam uma pequena elite, passam por períodos de ascensão, ápice e queda. Deixam o rastro de devastação ambiental e social com a maior parte da população excluída dos ganhos nos períodos prósperos e herdeira do caos do período

decadente. Também Eduardo Galeano nos ensina em “As Veias Abertas da América Latina” as consequências sociais das economias latino americanas baseadas na exportação de produtos básicos e importadoras de produtos com valor agregado. Segundo Galeano:

*“A divisão do trabalho entre as nações significa que algumas se especializam em ganhar e outras em perder. Nossa parte do mundo, hoje conhecida como América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde tempos remotos, quando os europeus do Renascimento se aventuraram através do oceano e enterraram seus dentes na garganta das civilizações indígenas. Os séculos passaram e a América Latina aperfeiçoou-se em seu papel. Não estamos mais na era das maravilhas em que o atrevimento superou a fábula e a imaginação sentiu remorso pelos troféus da conquista – os filões de ouro, as montanhas de prata. Porém, nossa região ainda se porta como um criado. Ela continua a*

“

**Penso que a Aepet pode contribuir na avaliação qualitativa e quantitativa sobre o melhor uso do petróleo brasileiro. Pode apresentar aos petroleiros e a sociedade quem ganha e quem perde com a implementação das alternativas políticas. Energia para que, para quem e como? São as perguntas que precisamos responder.**

”

# do planejamento negócios da Petrobrás

Os petroleiros querem defender a Petrobrás e devemos trabalhar para que encontrem na Aepet um meio para isso.

*existir a serviço das necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, de frutas e café, as matérias-primas e os alimentos destinados aos países ricos, que lucram mais ao consumi-los do que a América Latina ao produzi-los.*”

Penso que a Aepet pode contribuir na avaliação qualitativa e quantitativa sobre o melhor uso do petróleo brasileiro. Pode apresentar aos petroleiros e à sociedade quem ganha e quem perde com a implementação das alternativas políticas. Energia para que, para quem e como? São as perguntas que precisamos responder.

Acredito que devemos usar essa riqueza na medida do nosso desenvolvimento, para atendimento às nossas necessidades. Desenvolver uma indústria forte e diversificada com participação e controle social. Construir a infra estrutura para produção de energias renováveis e preparar nossa sociedade para o futuro.

O programa da chapa (<http://www.aepet.org.br/site/noticias/pagina/11931/Eleio-para-o-perodo-20152017>) também trata da relação entre a Petrobrás e os fornecedores de bens e serviços, da defesa da função engenharia e da tecnologia na Petrobrás e de outros temas relevantes. Peço a todos que conheçam o programa, nos ajudem a tirá-lo do papel e também que nos cobrem resultados concretos.

**AN • Como você encara o desafio de trazer mais sócios para a Aepet?**

**Felipe •** Os petroleiros precisam conhecer o trabalho da Aepet, na medida em que conheçam e reconheçam

“**É necessário entender o caráter sistêmico do problema (a corrupção), o papel central do corruptor, que são empresários em busca de vantagem comercial e de super-lucros na relação com a Petrobrás. O caráter nefasto da atuação de cartéis e sua influência que por meio de serviços, políticos ou executivos corruptos, garantem seus interesses em detrimento da Petrobrás e da sociedade.**”

a utilidade da associação penso que podem decidir pela filiação.

Podemos melhorar nossos meios de comunicação e criar canais de participação mas o mais importante é o trabalho. É o conteúdo da nossa formulação, são os artigos, são as iniciativas de interlocução com a direção da empresa, as propostas de eventuais correções de gestão, a articulação com os movimentos sociais e políticos.

Os petroleiros querem defender a Petrobrás e devemos trabalhar para que encontrem na Aepet um meio para isso.

**AN • No Cenpes, você trabalha com energias renováveis. Como a exploração do pré-sal pode contribuir para este setor?**

**Felipe •** Pode parecer paradoxal mas não é. Foi trabalhando com os biocombustíveis, as energias potencialmente renováveis, que descobri o valor do petróleo. As energias renováveis serão o futuro mas o petróleo nos fará muita falta. Temos que saber planejar a transição, o mundo está mudando e mudará mais e rápido. Temos que aproveitar o valor de uso do petróleo para construir a infra estrutura que sem ele será impossível erguer.

A matriz energética do futuro será muito mais diversificada que a atual e o Brasil por suas dimensões, natureza tropical, e disponibilidade de aquíferos tem vantagens relativas mas é uma panaceia acreditar num futuro de abundância e descartar a oportunidade que é petróleo do pré-sal. Temos que nos preparar para um declínio da intensidade energética mas esse declínio pode ser próspero se soubermos descentralizar a ocupação urbana, fazer a reforma agrária, democratizar os meios de produção e distribuir a riqueza e a renda. A vida pode ser simples mas quando há dignidade para todos é mais fácil ser feliz.

**AN • Como você vê as recentes denúncias de corrupção na Petrobrás?**

**Felipe •** Evidente que precisa haver apuração, amplo direito a defesa e punição exemplar dos corruptos. Ocorre que o senso comum vigente é insuficiente para explicar o fenômeno da corrupção e muito menos para saná-lo.

É necessário entender o caráter sistêmico do problema, o papel central do corruptor que são empresários em busca de vantagem comercial e de su-

per-lucros na relação com a Petrobrás. O caráter nefasto da atuação de cartéis e sua influência que por meio de serviços, políticos ou executivos corruptos, garantem seus interesses em detrimento da Petrobrás e da sociedade. É preciso investigar e, se comprovados os ilícitos, punir exemplarmente os empresários, executivos e diretores das construtoras privadas que por meio da formação de cartel e da corrupção lesaram a Petrobrás.

É importante criar mecanismos corporativos para a defesa da Petrobrás na relação com os fornecedores de bens e serviços. Os mecanismos não podem ser excessivamente burocráticos a ponto de trazer ineficiência nas atividades da empresa. Acredito que a melhor solução é criar mecanismos de transparência e de democracia no local de trabalho. Gostaria que todos conhecessem o artigo “O Histórico Cerco à Petrobrás e a Corrupção” (<http://www.aepet.org.br/site/noticias/pagina/11953/O-historico-cerco-Petrobrs-e-a-corrupo>), nele abordo com mais profundidade esse tema. Precisamos da contribuição de todos os petroleiros na proposta de mecanismos corporativos para a defesa da Petrobrás. ☺



# Desafio das redes sociais é unir tecnologia, democratização e cidadania



As redes sociais se tornaram um grande fórum de debate e formação da opinião pública. E após as manifestações de junho de 2013, seguidas das eleições deste ano, ninguém mais se atreve a desprezar o poder das mídias sociais no Brasil. Mas qual o legado concreto que este avanço tecnológico nos ofereceu até aqui? E quanto aos riscos inerentes ao novo espaço de participação social? Todos se lembram da espionagem de empresas e pessoas pelos Estados Unidos, denunciada pelo ex-funcionário da CIA Edward Snowden.

O jornalista Gustavo Gindre, mestre em Comunicação e Cultura, pondera que estas discussões estão ocorrendo no mundo inteiro, já que o impacto da internet cresce a cada dia. “Os meios de comunicação tradicionais ainda são importantes, mas estão perdendo força. É preciso evoluir para uma regulação de conteúdo que não pode ser confundida com censura”, defende Gindre, que é membro do coletivo Intervezes, ressaltando que boa parte do conteúdo das redes sociais é mero compartilhamento do que é publicado na grande mídia. “Precisamos verificar até que ponto estamos potencializando o conteúdo dos grandes meios. Mas é inegável que a TV passou a rivalizar com essas mídias alternativas”, ratifica.

Gindre, eleito para o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) por dois mandatos (2004-2007 e 2007-2010) considera que movimentos como a chamada Primavera Árabe em certo sentido se parecem com o que aconteceu em 2013 no Brasil, “um movimento de negação do que estava estabelecido, mas sem capacidade de dizer o que colocar no lugar”. Por conta disso, ocupou o espaço quem tinha organização. “No caso do Oriente Médio, o movimento islâmico”.

No que tange à regulação da internet (e não da mídia), o Brasil ocupa uma posição de vanguarda, sobretudo após a aprovação, no início do ano, do chamado Marco Civil da Internet, cujo conceito básico é que a rede mundial de computadores não tem e não pode ter donos. Saudado como um exemplo para o mundo, nosso marco regulatório para a internet é tido um instrumento importantíssimo para aperfeiçoar e democratizar a governança global na rede, já



que estabelece os direitos e as responsabilidades, tanto dos usuários quanto dos provedores. A presidente Dilma Rousseff avaliou o Marco Civil como “um passo fundamental para garantia da liberdade, da privacidade e do respeito aos direitos do usuário da internet”.

Já o jornalista destaca que uma das qualidades do Marco Civil é desmistificar a ideia de que a internet é o reino da liberdade, sem regulação. “Na verdade a internet é estruturada em camadas e cada uma tem seu modelo de governança. Uma dessas, a de endereçamento, é absolutamente controlada por uma organização sediada nos EUA e responde a um documento que a vincula ao Departamento de Estado, que é a ICANN (Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números), uma entidade subordinada ao governo dos Estados Unidos”, adverte, acrescentando que, em relação ao direito autoral, por exemplo, a legislação é cada vez mais draconiana. “Todos esses debates levaram à ideia de regulação pública da internet, que já é regulada de forma privada, em ambientes fechados, ou por governos como o dos EUA.”

A lei do Marco Civil foi sancionada durante o Net Mundial (Encontro Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet), que contou com a participação de representantes de governos, do setor privado, de organizações sociais e cientistas de quase uma centena de países.

## Regular a mídia

O Marco Civil também traz uma regra específica para a retirada de imagens não autorizadas contendo, por exemplo, cenas de pedofilia e cenas de nudez. Nesse caso, a pessoa que tiver sua intimidade indevidamente exposta poderá solicitar diretamente ao responsável pelo site a imediata retirada das imagens do ar. Mas também está estabelecido que todos devem poder trocar informações com todos na internet, sem bloqueio, sem interferência, sem censura.

O especialista do Intervezes enfatiza a necessidade de uma lei que também regule a mídia no país, algo que não pode ser considerado censura. “A censura é prévia, já a regulação é posterior à publicação. A mídia não está acima do bem e do mal. Quem falta com a verdade tem que responder legalmente. A Inglaterra, ao contrário do Brasil, possui regulação bastante restritiva em relação a mostrar o rosto e dar o nome de alguém acusado antes do julgamento. Ninguém na Inglaterra está impedido de fazer isso, mas se fizer tomará multa caríssima”, esclarece.

Outras questões ligadas à regulação dos meios de comunicação já estão consagradas em democracias mais maduras, segundo o especialista. É o caso da exigência de conteúdo de produção regional, e cotas para a produção independente. Há também limite à propriedade e a concentração é vetada nos EUA. “A Argentina acaba de aprovar legislação bem avançada, mas nossas referências podem ser as de-

mocracias européias e norte-americana. Naqueles países, há proibição para políticos terem concessão pública, bem como é proibido o arrendamento do espaço, inclusive para proselitismo religioso. Ou seja, há uma série de questões que precisam ser tratadas. No Brasil é terra de ninguém, possui legislação atrasada”, define.

Outro que cobra leis mais avançadas para o mercado da comunicação é Venício Lima, professor da Universidade de Brasília (UnB). Lima aponta que, mesmo após 26 anos da Constituição Federal, batizada de Constituição Cidadã, os artigos que tratam do tema da comunicação não foram regulamentados. Um dos exemplos é o Artigo 220, que estabelece que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Para ele, mesmo com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, mantém-se atual a necessidade de se proibir a propriedade cruzada, impedindo que o dono de um canal de televisão tenha também, por exemplo, uma rádio.

Essa também é a preocupação da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público (Frenavatec), que defende a distribuição de verbas públicas regionalmente e também o fortalecimento da garantia de independência dos veículos, se a proposta é mudar o processo e o entendimento sobre o fazer comunicação.

## Neutralidade

De volta ao Marco Civil, Gustavo Gindre acrescenta que a nova legislação estabelece que as empresas de telecomunicações devem tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados. Além disso, o Marco Civil veda bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados. O nosso modelo poderá influenciar o debate mundial na busca do caminho para garantia de direitos reais no mundo virtual.

O provedor tem que oferecer a conexão sem limitar os serviços que possam ser acessados pelos usuários. O provedor tem que garantir acesso amplo, geral e irrestrito a todos os sites, a todos os serviços, sem discriminação, dentro da velocidade que foi contratada. “Não se pode beneficiar alguém por questões econômicas ou políticas”, resume Gindre. ☺

# Sem punir corruptores não se vence a corrupção

A corrupção, tema recorrente nas últimas eleições, é inimiga do desenvolvimento socioeconômico e das instituições democráticas. No entanto, apesar de hoje o governo e a sociedade civil possuírem um número cada vez maior de ferramentas para controle social e transparência ([www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br), [i3gov.planejamento.gov.br/coi](http://i3gov.planejamento.gov.br/coi) ou <http://www.transparencia.org.br/>, por exemplo), a cada dia surge uma nova denúncia, um novo escândalo envolvendo ONGs, empresas privadas e públicas, empresários e trabalhadores.

Como garantir, então, um controle mais eficiente sobre o que é feito com o nosso dinheiro ou com nossas opiniões? Como punir também os corruptores, e não apenas os corruptos? E quanto às ONGs voltadas para a transparência, até que ponto são eficientes ou servem a interesses privados ou privatistas?

Para os especialistas no assunto, a legislação precisa acelerar o passo para chegar ao estágio das modernas ferramentas anticorrupção. Durante o X Encontro Nacional dos Órgãos de Controle Interno (CONACI), o secretário executivo da Controladoria Geral da União, Carlos Higino, comentou que apesar das várias normas de transparência que têm surgido nas últimas duas décadas, com impacto positivo sobre o controle, sua maior esperança está depositada na recém aprovada Lei 12.846/13, que prevê sanções mais pesadas, batizada como “Lei da Empresa Limpa”.

Sobre esta lei, o ministro da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, disse no mesmo evento que ela pode dar “início a importantes mudanças na sociedade brasileira”, ao preencher lacunas como o alcance direto do corruptor pessoa jurídica e ao patrimônio da empresa, pela via administrativa e judicial. “A lei agirá como facilitador da investigação dos ilícitos, especialmente pela colaboração da empresa, via acordo de leniência.” Segundo Hage, é a empresa quem deverá responder pelo delito de qualquer empregado, representante ou subcontratado que pratique o ato ilícito em seu nome, mesmo que não esteja ciente do acontecimento.

## Leis que não pegam

No entanto, também o setor público carece de legislação mais arrojada, já que o monitoramento de análise patrimonial, ferramenta de grande potencial para detectar a corrupção, fica enfraquecido pelo fato de o enriquecimento ilícito de



Encontro para discutir a Transparência

agentes públicos ainda não ser considerado crime. Neste sentido, há esperança de que a presidente reeleita, Dilma Rousseff, cumpra a promessa de campanha de aprovar leis mais rigorosas, como o projeto que pune os agentes públicos que enriquecem sem justificativa e o que transforma em crime a prática de caixa dois.

Acrescente-se à lista de dúvidas a tradição brasileira das leis que “não pegam”. Esta preocupação atinge a Lei nº 12.527, conhecida como Lei Geral de Acesso à Informação Pública (LAI), promulgada em 18 de novembro de 2011, que entrou em vigor seis meses depois, sendo regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio 2012. A LAI determina disponibilizar ao cidadão as informações de caráter público, instituindo obrigações, prazos e procedimentos para a divulgação de dados, prevista pela Constituição Federal de 1988 no art. 5º.

Ao ser indagado se a LAI se tornará uma lei “que vai pegar”, o canadense Robert Gregory Michener, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e autor de pesquisa sobre a referida legislação, foi enfático ao dizer que em “a LAI vai pegar por não ser somente emblemática como lei, mas também por que vai ser demandada pela sociedade, ainda mais quando pensamos que atualmente a sociedade encontra-se cada vez mais conectada a Internet e as redes sociais”.

Todavia, o representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil (Pnud), Jorge Chediak, ainda não vê a população engajada no combate à corrupção, que para ele tem relação direta com a desigualdade social. “A chave para a transparência é o engajamento da população e isto ainda não está

acontecendo no Brasil. Muitas informações estão disponíveis nos portais desenvolvidos pelo setor público, mas a população não se engaja ativamente na construção de instituições mais fortes”, sublinhou.

Para Chediak, mudar a cultura da corrupção significa puni-la politicamente. “A Lei da Ficha Limpa, recentemente aprovada, foi um avanço no sentido de que a corrupção pode limitar a carreira política de pessoas corruptas. Também os mecanismos de transparência que estão sendo implantados. O Brasil tem bons portais de transparência”, disse, reiterando que isto não é suficiente.

Segundo Chediak, o custo da corrupção para a cidadania é o retraimento das pessoas em relação à política e a deterioração da administração pública, já que com desvio de recursos a população não recebe bens e serviços na qualidade proporcional aos impostos que dela são recolhidos.

## Auditoria social

O Pnud pretende levar a todo o Brasil as experiências feitas em São Paulo como os chamados “kit anticorrupção na saúde” e a “auditoria social”. “São metodologias que Pnud desenvolveu em outros países latino-americanos e que foram testadas e analisadas em São Paulo, sendo posteriormente adaptadas à realidade brasileira. Esses modelos, que são muito fortes metodologicamente na realidade brasileira”.

A chamada “audi-

toria social”, segundo Chediak, não é feita apenas pelos órgãos de controle, mas também pela população, que passa a ter condições de fazer queixas e apresentar soluções. Um manual desenvolvido para parceria Pnud com os órgãos de controle inclui a orientação para que essa auditoria social se realize.

## ONGs

Além de espaço crescente nos sites de transparência do setor público, a sociedade civil conta também com ONGs voltadas para a transparência. Algumas delas, como a Artigo 19 (referência ao 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trata da liberdade de expressão e opinião) e a Transparência Hacker, participaram ativamente e apresentaram sugestões na época da aprovação da LAI sobre como internet deveria ser usada para mostrar à sociedade como agem os governos e também as empresas privadas. Todavia, a eficácia dessas iniciativas vem sendo questionada por políticos e acadêmicos mundo afora. Na Rússia, o presidente Vladimir Putin proibiu o funcionamento de ONGs financiadas com recursos externos. Já o economista Adriano Benayon, professor da Universidade de Brasília (UnB) e integrante da Associação Desenvolvimentista Brasileira (ADB) tem feito críticas constantes à atuação de algumas dessas organizações. Entre as ONGs que poderiam interferir negativamente em assuntos internos do Brasil, Benayon vem alertando para a Open Society Foundation, do magnata George Soros, a New Endowment for Democracy e a USAID, “além de ONGs que assumiram a função de promover mudanças de regimes e patrocinaram as demonstrações da ‘Primavera Árabe’ e na praça Maidan, em Kiev, Ucrânia”, resume. ©



# A corrupção e a História

José Augusto Ribeiro

A campanha presidencial deste ano foi marcada, como nenhuma das anteriores, por uma discussão ácida e às vezes grosseira do problema da corrupção, que dominou tanto os debates na TV quanto os horários gratuitos da Justiça Eleitoral.

Ouvi de muitas pessoas que a obsessão pelo problema seria uma recaída no velho moralismo udenista que tanto mal fez ao Brasil. Essa expressão, “moralismo udenista”, é coisa tão antiga que é preciso explicá-la.

Na primeira metade da década de 1950, coincidindo com o segundo governo de Getúlio Vargas, o maior partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN), foi dominado por uma chamada banda de música, um grupo barulhento e veemente de deputados e senadores, quase todos advogados, muitos deles saídos da retórica sem medida dos tribunais do júri, que faziam da corrupção o grande tema de sua ação oposicionista.

Alguns desses parlamentares podiam até apoiar e contribuir para melhorar projetos do governo, como o da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo, caso do deputado Bilac Pinto, autor de uma das mais importantes emendas pró-monopólio e ao mesmo tempo um dos integrantes mais afinados e estridentes daquela banda. Em pouco tempo, a banda de música e a própria UDN foram arrebatadas pela liderança, pelo talento oratório e pela metralhadora giratória de um jornalista que nem parlamentar era, Carlos Lacerda.

A pretexto de casos de corrupção que ou não o eram ou não envolviam qualquer responsabilidade ou tolerância do Presidente Vargas, Lacerda e a banda de música tudo fizeram para derrubar o governo. Que a corrupção era apenas pretexto reconheceu-o o então líder da UDN na Câmara dos Deputados, Afonso Arinos, em entrevista um quarto de século depois, na qual afirmava que, com as denúncias de corrupção, seu partido encobria os verdadeiros motivos da ação golpista para a derrubada de Getúlio Vargas – os projetos nacionalistas que ele transformou em realidade, como a Petrobrás.



Sobre a Petrobrás procuro sempre contar o que ouvi, em depoimento gravado e filmado para um documentário sobre Tancredo Neves, do Senador Francisco Dornelles, sobrinho e colaborador de Tancredo e filho do General Mozart Dornelles, que era Subchefe do Gabinete Militar de Getúlio na época da crise político-militar de agosto de 1954, ao termo da qual o Presidente se suicidou.

O General Mozart era amigo de Assis Chateaubriand, o maior empresário de mídia no Brasil daquele tempo e dono das duas únicas televisões existentes no país, uma no Rio e a outra em São Paulo. As duas televisões tinham sido abertas por Chateaubriand a Carlos Lacerda, que falava toda noite, com uma fúria demoníaca, pedindo a renúncia ou a deposição de Getúlio. Além disso, todos os jornais e rádios de Chateaubriand estavam mobilizados numa campanha sistemática e feroz contra o governo. Sem o conhecimento de Getúlio, o General Mozart foi procurar Chateaubriand, para perguntar quais os motivos de tanto ódio e crueldade contra o Presidente.

Chateaubriand não fez cerimônia, não dissimulou suas razões:

– Mozart, eu adoro o Presidente. Basta ele desistir da Petrobrás e eu tiro o Carlos Lacerda da televisão e entrego a televisão a quem o Presidente quiser, para fazer a defesa do governo.

O General, chocado, foi a Tancredo, Ministro da Justiça e seu cunhado, contou o episódio e perguntou se devia revelá-lo ao próprio Getúlio.

– Acho que você deve contar – respondeu Tancredo. – Agora, você sabe, o Presidente morre mas não desiste da Petrobrás.

O Presidente morreu mas não desistiu da Petrobrás.

Ao preço de sua vida, Getúlio Vargas derrotou o moralismo udenista e os interesses antinacionais por ele encobertos e preservou a Petrobrás, além de suas outras realizações e da própria honra, enxovalhada naquela crise.

Na campanha deste ano, o que aconteceu não foi uma recaída no moralismo udenista. A Petrobrás esteve do centro do debate por outra razão – pela ocorrência, hoje indiscutível, de práticas de corrupção confessadas por um ex-diretor e um doleiro envolvido no esquema. Confessadas em depoimentos à Justiça, depois de recorrerem ambos ao benefício da delação premiada. Esse ex-diretor, Paulo Roberto Costa, só conseguira ser nomeado e mantido por imposição de três partidos da base de sustentação do governo, ou melhor, para não fazer injustiça com esses partidos, por parlamentares poderosos dos três, não necessariamente com o consentimento da respectiva direção partidária.

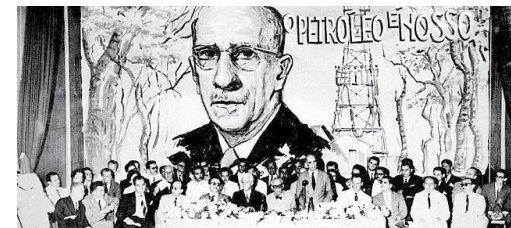
Se o episódio de agora deixa uma lição, é a de que a Petrobrás não pode ser objeto de imposições dessa ordem, partidárias ou de parlamentares. Um bom exemplo, se algum ainda for necessário, é o daquele ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, que tomava dinheiro dos concessionários de lanchonetes e restaurantes existentes no

recinto da Câmara e ainda queria indicar um comparsa para aquela diretoria da Petrobrás que “fura poço e acha petróleo” – exatamente a Diretoria de Exploração e Produção, então confiada ao grande herói da saga do Pré-Sal, Guilherme Estrela, cujo nome, aliás, tinha sido sugerido ao Presidente Lula pela Aepet.

Estrela, já aposentado da Petrobrás, não era conhecido nem de Lula nem do pessoal de sua equipe, e Lula só teve razões para agradecer muito à Aepet pela indicação. Tempos depois da descoberta do Pré-Sal, tive a oportunidade de entrevistar Estrela para o programa *Debate Brasil*, uma entrevista histórica no edifício sede da Petrobrás. Ao nos despedirmos, Estrela mandou um abraço para Fernando Siqueira e os companheiros da Aepet e pediu que eu transmitisse a eles seus agradecimentos pela indicação, que ele próprio pedira, de engenheiros componentes de sua equipe.

– Diga a eles – acrescentou – que todos são ótimos, todos deram certo.

Se o governo ouvisse mais instituições sérias como a Aepet, não teria cometido os erros que cometeu e não se teria visto às voltas, em plena campanha presidencial, com beneficiários da delação premiada, um deles doleiro e o outro ex-diretor da Petrobrás, representante e agente de alguns daqueles trezentos picaretas do Congresso, dos quais tanto se queixava Lula. ☺



PROGRAMA

FAIXA LIVRE

Opinião independente

Apresentador:  
Paulo Passarinho

Produção e Jornalista Responsável:  
Celeste Cintra – MTB12323

Assistente de Produção:  
Sandra Priori

OUÇA AO VIVO

Rádio Livre

1.440 khz AM

Segunda à Sexta de 9h às 10h27

PATROCÍNIO:



Associação dos Engenheiros da Petrobrás



SINDIFISCO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO



SINDIPETRO RJ



CORECON - RJ



50 ANOS

Participe:  
Telefone da Rádio – (21) 2233-8822  
E-mail: faixa.livre@yahoo.com.br  
[www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts](http://www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts)